

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro como expressão do urbanismo subalterno¹

João Brum Rodrigues
PPGARq/PUC-RIO

Rachel Coutinho M. Da Silva
PPGARq/PUC-RIO

Sessão Temática 8: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Este artigo tem por objetivo analisar o uso e apropriação da laje em favelas do Rio de Janeiro, tomando como ponto de partida a ideia de urbanismo subalterno, proposto por Roy (2011). A autora discorre sobre a questão territorial da periferia articulando-a com a informalidade urbana. Escolhemos como caso-referência a favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, para uma análise sobre o uso e a apropriação da laje no contexto da informalidade urbana e da produção social do espaço na favela. O urbanismo subalterno se expressa não somente nas atividades comunitárias que acontecem na laje, mas também na dinâmica da informalidade que reflete uma condição urbana do “outro” (LABCIDADE FAUUSP, 2021). Fora do arcabouço legal e institucional da cidade formal, a laje na favela reflete a condição periférica da mesma e de seus moradores subalternizados. Iremos também examinar as camadas de uso e apropriação da laje, enquanto elemento arquitetônico constitutivo da moradia na favela, analisando os aspectos conflitantes e ambíguos, que se expressam na relação entre espaços coletivos e privados. A natureza híbrida da laje nas favelas revela não somente uma condição de exclusão urbanística, mas mostra a potência criativa e de resistência dos grupos comunitários e moradores.

Palavras-chave. Laje; Favela da Rocinha; Urbanismo subalterno.

Use and appropriation of the slab in the favela of Rocinha, Rio de Janeiro, as an expression of subaltern urbanism

Abstract. *This article aims to analyze the use and appropriation of the slab in favelas in Rio de Janeiro, taking as a starting point the idea of subaltern urbanism, proposed by Roy (2011). The author discusses the territorial question of the periphery, articulating it with urban informality. We chose the favela of Rocinha, Rio de Janeiro, as a reference case for an analysis in the context of urban informality and the social production of space in the favela. Subaltern urbanism is expressed not only in the community activities that take place on the slab, but also in the dynamics of informality that reflects an urban condition of the “other” (LABCIDADE FAUUSP, 2021). Outside the legal and institutional framework of the formal city, the slab reflects the peripheral condition of the favela and its subordinated residents. We will also examine the layers of use and appropriation, as a constitutive element of housing in the favela, analyzing the conflicting and ambiguous elements that are expressed in the relationship between collective and private spaces. The hybrid nature of the slab in the favelas reveals not only a condition of urban exclusion, but also shows the creative power and resistance of community groups and residents.*

Keywords: Slab; Rocinha Community; Subaltern urbanism.

Uso y apropiación de la losa en la favela de Rocinha, Rio de Janeiro como expresión del

¹ O artigo resulta de pesquisa acadêmica com apoio de bolsa de estudos CAPES e de bolsa de produtividade CNPq.

urbanismo subalterno

Resumen. Este artículo tiene como objetivo analizar el uso y la apropiación de la losa en las favelas de Río de Janeiro, tomando como punto de partida la idea de urbanismo subalterno, propuesta por Roy (2011). La autora discute la cuestión territorial de la periferia, articulándola con la informalidad urbana. Elegimos la favela de Rocinha, Río de Janeiro, como caso referencia para un análisis en el contexto de la informalidad urbana y la producción social del espacio en la favela. El urbanismo subalterno se expresa no solo en las actividades comunitarias que se desarrollan sobre la losa, sino también en la dinámica de informalidad que refleja una condición urbana del “otro” (LABCIDADE FAUUSP, 2021). Fuera del marco institucional de la ciudad formal, la losa refleja la condición periférica de la favela y sus habitantes subordinados. Examinaremos las capas de uso y apropiación, como elemento constitutivo de la vivienda en la favela, analizando los elementos conflictivos y ambiguos que se expresan en la relación entre espacios colectivos y privados. La naturaleza híbrida de la losa en las favelas revela una condición de exclusión urbana, sino que también muestra el poder creativo y la resistencia de los grupos comunitarios y los residentes.

Palabras clave: Losa; Comunidad de Rocinha; Urbanismo subalterno.

1. Introdução

Neste trabalho¹ utilizaremos o termo laje para além de sua definição técnica em arquitetura e urbanismo (obra contínua de concreto armado, a qual constitui sobrado, teto de um compartimento, ou piso, segundo o dicionário Aurélio), mas para definir um elemento construtivo presente nas favelas brasileiras que adquire aspectos de natureza social, cultural, política e jurídica. Ainda que a cobertura ou telhado na cidade formal possam eventualmente abrigar manifestações culturais, em sua maior parte são elementos de natureza privada de uma edificação. Nesse sentido, tomamos por base a definição e conceito de Freire-Medeiros (2019) que destaca a pluralidade semântica do termo laje e a diversidade de valores que a esta se atribui no contexto da favela.

No meio urbano mais abrangente, as atividades na laje, em seus diversos exercícios de sociabilidade, se manifestam historicamente como movimentos expressivos de ocupação, com referências emblemáticas na cultura pop, desde o rooftop concert dos Beatles realizado em uma laje-telhado londrina em 1969 até o videoclipe de “Vai Malandra” da cantora Anitta, filmado na favela carioca do Vidigal em 2017. A natureza participativa das intervenções nas lajes pode ser abordada por diversos mecanismos e estratégias diferentes, em territórios nacionais e internacionais, dentro ou não do contexto da periferia.

Inserida no contexto da favela, a laje se coloca como “subespaço peculiar em que ocorrem comunicações não apenas entre o público e o privado, mas entre o local e o global” (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p. 4). Nessa chave, portanto, a laje adquire características socioculturais no contexto das favelas brasileiras com especificidades locais. Podemos reconhecer na laje um local que guarda uma potência de manifestação comunitária, exibindo atividades que se configuram territorialmente de maneira organizada por grupos locais, coletivos, ONGs e/ou práticas sociais esporádicas.



Figura 1. Visita à Favela da Rocinha com liderança local e grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Sociais (fonte: elaborada pelos autores).

Tomando como caso de estudo o recorte espacial da favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro, pretendemos analisar os usos e apropriações que ocorrem na laje, tanto no passado como no presente, e como essa dinâmica pode ser a expressão de um urbanismo subalterno. Na Rocinha podemos observar a utilização das lajes como “mirantes informais”, associados à atividade turística ou o aluguel da laje, ou mesmo sua venda, como uma forma de obter um complemento da renda familiar ou ganhos econômicos. Essa dinâmica está inserida no processo de autoconstrução, estimulando também um processo de verticalização que modifica continuamente a morfologia urbana na favela. As práticas socioculturais relacionadas com a laje, tanto no período antes da pandemia, mas também durante a pandemia de COVID-19, revelam a ausência de espaços livres nas favelas:

estamos falando de um território de altíssima densidade populacional em que é muito difícil encontrar casas arejadas sobre as quais incida a luz do sol, e onde os espaços livres são quase sempre residuais (não planejados por qualquer legislação ou regra formal) (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p. 5)

Especificamente no caso da favela da Rocinha, podemos observar que a utilização das lajes como “mirantes informais” se tornou “prática comum a todas as agências [de turismo] e esse ‘momento laje’ é, sem dúvida, um dos mais apreciados pelos visitantes: com o mar de casas a seus pés, eles podem confrontar a favela com seu entorno, as casas mal alinhadas com os edifícios luxuosos à beira-mar” (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 51). A prática do aluguel da laje vinculada à atividade turística em parceria com agências de turismo tornou-se corriqueira na Rocinha:

Os moradores que alugam suas lajes recebem das agências um valor fixo, algo em torno de R\$ 2,00 por turista. ‘Quando algum grupo pede, faço churrasco ou feijoada. Mas, aí, eu cobro por fora’, explica Seu Carlinhos. No caso de haver um contrato de exclusividade entre morador e agência, como no caso do Seu Carlinhos e a Jeep Tour, os guias já ficam em posse da chave da casa do morador e sobem com os turistas mesmo se o proprietário estiver ausente’ (Ibid., p. 51)

Tipologias consolidadas do uso da laje na Rocinha, em seus variados perfis de ocupação, se definem por variadas configurações ou “eixos de ação”, de uso evidentemente marcado por uma permanência no tempo. Dentre os casos com perfil mais coletivo, podemos citar manifestações de caráter religioso, turístico, comercial (como no caso de aluguel para eventos), de comunicação, hortifrutigranjeiro e artístico, incluindo atividades de vínculo com o teatro e o cinema.

2. Bases conceituais para a análise da laje

Ao desenvolver o conceito de urbanismo subalterno, – designado para caracterizar um urbanismo que tem seu papel evidenciado como agente de mudança – Roy (2011) reforça duas noções importantes para a articulação com o estudo de caso que nos propomos a analisar. A primeira, de periferias, que “significa uma relação de interdependência em um aparato de dominação, mas também se refere a uma localização topográfica específica: os bairros periféricos dos pobres urbanos” (ROY, 2011, p. 232). E a segunda, a de informalidade urbana, será a questão de maior enfoque apropriada, que articula-se com a formalidade urbana dialeticamente, sendo que em ambos os casos exprimem relações de poder e de classe. As áreas formais, sofrem pressões diversas e muitas vezes ilegítimas do mercado imobiliário, mas adquirem legitimidade e, conseqüentemente, são aceitas no arcabouço jurídico urbanístico. Contudo, as diversas formas de informalidade são criminalizadas (Ibid., p. 233).

Além disso, Roy (2011) propõe outras duas categorias para refletir sobre o urbanismo subalterno: as zonas de exceção e os espaços cinzentos. A autora propõe ir além das noções que caracterizam as metonímias do subdesenvolvimento, tais como megacidade, favela, política de massas e os hábitos dos despossuídos. Portanto, o urbanismo subalterno diz respeito aos espaços de moradia das classes subalternas, ou seja, aos espaços subalternos.

A noção de urbanismo subalterno seria um importante paradigma, pois pretende dar visibilidade e reconhecer os espaços da pobreza e as formas populares de apropriação dos locais que são invisíveis e propositalmente esquecidos pela teoria urbana do Norte Global. No entanto, a autora propõe ultrapassar o significado de subalternidade restrito aos espaços de pobreza e formas de agenciamento popular, para propor as categorias de periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos, que mencionamos acima (ROY, 2011). A noção de subalternidade relaciona-se à noção de subordinação. Examinar as práticas sociais e culturais que acontecem nas zonas de exceção e nos espaços cinzentos seria então uma forma de ultrapassar a noção de subordinação e reconhecer que os subalternos podem ser agentes de transformação. Desta forma, o urbanismo subalterno quer recuperar os moradores da favela como sujeitos da história.

Será a partir desse arcabouço conceitual que empreenderemos abaixo a análise do uso e apropriação da laje na favela da Rocinha.

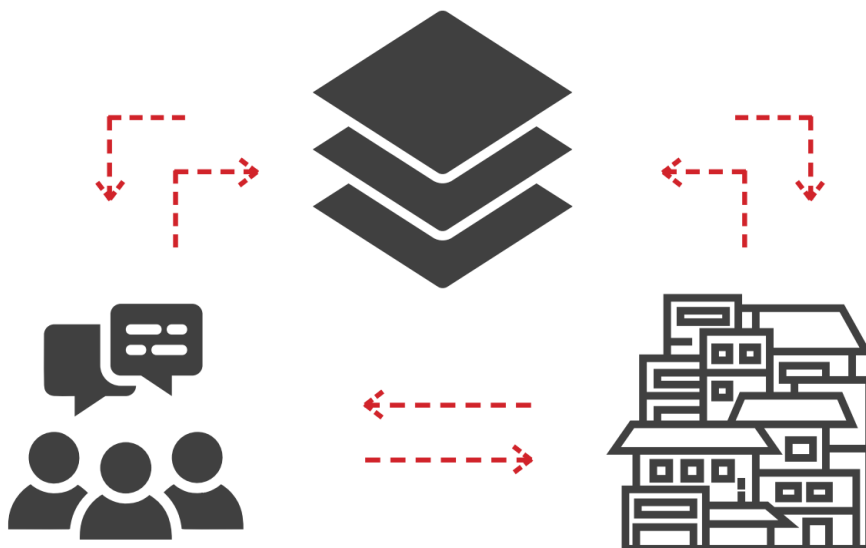


Figura 2. Camadas de uso e apropriação da laje na favela (fonte: elaborada pelos autores).

É interessante observar que o dicionário Houaiss define a palavra informalidade como “ausência de formalidade” (DICIONARIO HOUAISS, 2021). Por sua vez, a palavra formalidade, no mesmo dicionário, dentre suas possíveis opções, é definida como um “conjunto de prescrições quanto ao ritual e procedimentos que devem ser observados na formação de um ato para que este produza

efeitos jurídicos” (DICIONARIO HOUAISS, 2021). A utilização dos termos formalidade e informalidade no âmbito urbano possui um caráter estratégico que pode servir para organizar conceitualmente um arcabouço normativo, que irá incluir ou excluir determinadas porções da cidade.

Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021), conceitua o território da informalidade como sendo o espaço que demarca a fronteira de quem é o “outro”, no qual o planejamento urbano torna-se ao mesmo tempo linguagem e instrumento de legitimação desse “outro”. A função hegemônica do planejamento urbano tradicional seria a regulação do acesso à terra e ao solo urbano, definindo que tem acesso e quem não tem (Ibid., 2021). Àqueles que são excluídos, o “outro” nega-se o direito à cidade, e à gestão do território pelas instituições do Estado (Ibid., 2021).

Assim como Rolnik, Roy destaca a ausência do planejamento institucional nos espaços informais, e a necessidade de se entender a informalidade como um fenômeno da distribuição desigual da riqueza e da posse da propriedade. (2005, p. 155). Nesse contexto, a autora também ressalta o papel dos diferentes tipos de mercado na conformação do espaço urbano, e os limites impostos pela desigualdade no acesso à propriedade formal (Ibid., p. 155).

O uso da terra urbana no contexto de informalidade das megacidades do Sul Global é um dos fatores considerados prioritários para entrarem na agenda do planejamento urbano (Roy, 2005). Da mesma forma, os aspectos relacionados à propriedade devem ser centrais para se enfrentar a exclusão e a informalidade, ou seja, deve-se atentar, sob mesma medida, às questões referentes à propriedade: e dessa forma, — considerando menos o uso atrelado à sua veia utilitarista — reavaliar para quem as coisas pertencem, e quem são os personagens envolvidos (2005, p. 155).

Acontece que, em termos de uma definição clara de um protagonista no meio de todos esses personagens, Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021) destaca: “por mais que o privado vá entrando nos processos de transformação urbana, o Estado é o protagonista (...) inclusive no ponto de vista do financiamento”, onde “o planejamento é e sempre foi um laboratório de reconfiguração territorial comandado pelo Estado”. Como a condição global de informalidade — inclusive vinculada ao planejamento — está intrinsecamente atrelada ao aparato do Estado, o qual é identificado como o agente que majoritariamente promove a exclusão, “lidar com a informalidade significa, portanto, em parte, confrontar como o aparato de planejamento produz o não-planejado e não-planejável” (ROY, 2005, p. 156).

Rolnik (2015) articula o papel do Estado com a condição de informalidade e de suposta ilegalidade dos assentamentos informais. A informalidade impõe desafios para os órgãos da burocracia do Estado para questões como a regularização fundiária da terra. Portanto, dentro da questão da sobreposição dos direitos, torna-se necessário destacarmos uma situação de “pluralismo jurídico”, no qual ocorreria um conflito entre diferentes ordens jurídicas operando no mesmo território. Observaremos esta situação no que se refere à condição legal da laje, que apesar de existir o direito à superfície no direito urbanístico, a venda ou aluguel da laje não é reconhecida pelo poder público.

Juntamente com o já referido conceito de informalidade, a ilegalidade também se verifica como exercendo influência determinante na execução da lei: “o aparato legal e de planejamento urbano tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é “ilegal” e o que não é, assim como quais formas de “ilegalidade” poderão subsistir e quais devem desaparecer” (Ibid., p. 193).

Rolnik (2015) descreve a evolução dos bairros periféricos e argumenta que suas origens não constituem uma ilegalidade. Em que pese que alguns poucos bairros poderiam ter sua origem na ocupação ilegal de terrenos vazios com proprietários registrados, e portanto, seriam objeto de sanções legais, a grande maioria dos assentamentos periféricos a ocupação se deu em terras públicas, ou em zonas de grilagem. O processo de grilagem é um fenômeno que se intensifica a partir da Lei de Terras de 1850 e muitas cidades novas e loteamentos a partir de 1850, hoje

considerados legais, tem sua origem na grilagem (CARVALHO, 1988). Partindo desse princípio, tanto a favela como também vários assentamentos precários e loteamentos irregulares não podem ser considerados ilegais.

Essa conceituação de ilegalidade passa pela noção de legitimidade já discutida por um dos autores desse artigo (COUTINHO, 2005). Sob essa ótica a autora discute a informalidade urbana a partir das normas urbanísticas, as quais é atribuído um valor monetário, cuja negociação pode ser feita sob a égide da legalidade ou da ilegalidade. As mesmas normas desconsideram a realidade urbana. Nesse sentido, a autora argumenta que o ambiente construído das cidades brasileiras sofre um impacto significativo da legislação urbanística, que por sua vez é conformada pelos grupos de interesse que detêm poder econômico e político.

Identifica-se então três situações que podem servir de uma forma alternativa de compreensão dos assentamentos precários e que foge da dualidade formalidade ou informalidade urbana (Ibid., 2005). A primeira refere-se a uma parte da cidade que está em conformidade com as normas urbanísticas vigentes (e tudo que é necessário para a aprovação e legalização de um imóvel) que a autora chama de tecido urbano legítimo. A segunda porção da cidade, geralmente inserida no tecido urbano legítimo, infringe as normas vigentes, porém possui maneiras de regularização, via decretos ou leis pontuais casuísticas, ou mesmo por meio de troca de favores ou subornos, que constitui o chamado tecido urbano ilegítimo. E por fim, existe uma terceira fração da cidade, cujos moradores não tem acesso por diversas razões aos mecanismos jurídicos ou outras formas de legalização ou regularização, e constitui o tecido urbano extralegal. Essa última situação está normalmente associada aos segmentos sociais excluídos do jogo político e econômico, que criam novas formas de ocupação urbana, baseadas na realidade material do seu cotidiano. A condição de exclusão social e à margem do sistema formal de propriedade introduz novas práticas sociais e culturais (Ibid. 2005, p. 12-13), como veremos no caso da nossa análise da laje na favela.

Lefebvre considera que a realidade urbana modifica as relações de produção e se torna ela mesma uma força produtiva. O espaço e a política no espaço expressam não somente as relações sociais, mas são alimentadas por essas. O autor argumenta que a lei, a técnica e o Estado, a partir da Revolução Industrial, seguem a lógica da mercadoria. Desta forma, para se manter a racionalidade industrial são necessárias práticas institucionais baseadas na ordem e em coerções. Assim, as várias lógicas, (da mercadoria, do Estado, das leis, do espaço e do urbanismo) que tem em comum apenas a mais-valia, entram em colisão (Lefebvre, 1999, p. 42-44). Essas contradições não conseguem ser resolvidas pelo urbanismo institucional, e pelas esferas jurídicas no poder. Assim, temos o urbanismo subalterno conforme Roy. Para lidar com essas situações, uma nova noção é proposta: a do urbanismo pelo avesso. Trata-se de considerar as práticas sociais insurgentes e cotidianas, e trabalhar com uma nova práxis urbanística, colaborativa e concebida pelos próprios moradores das favelas ou assentamentos precários (COUTINHO, 2016). Os usos e apropriações da laje na favela configuram não somente um tipo de urbanismo subalterno, mas também uma forma de urbanismo pelo avesso.

Retomando as noções de cidade irregular, alude-se portanto às práticas de autoconstrução e de autogestão em um contexto de precariedade social e urbana, no qual os recursos são escassos e o acesso às normas urbanísticas e ao planejamento urbano institucional inexistente. A produção social do espaço delimita territórios subalternos que engendram suas próprias linguagens, epistemologia e os instrumentos demarcatórios das fronteiras urbanas entre a cidade considerada formal e a informal (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

A noção de valor de uso e de troca está presente nas reflexões dos autores acima mencionados e será importante para a compreensão da ambiguidade presente na apropriação da laje na favela. Lefebvre (1999) considera que se deve prestar atenção para o valor de uso e de troca ao refletirmos sobre as contradições presentes na produção do espaço urbano e na constituição do direito à cidade. Roy (2005) considera que as legislações urbanísticas e o valor de troca presente na renda da terra urbana existem, mas que os urbanistas deveriam atentar a outros elementos

tendo como premissa a justiça social e direito à cidade. Nesse sentido, três questões cruciais deveriam ser consideradas para uma epistemologia do planejamento urbano: ultrapassar a questão do uso da terra para questões de justiça redistributiva, repensar o objeto do desenvolvimento e substituir os modelos de melhores práticas (best practices models) por um entendimento crítico da realidade social (Ibid., p. 156).

Não se pode alegar, portanto, que a situação existente se compõe através de uma mera ausência do Estado, que simplesmente atenta seu enfoque em zonas específicas da cidade enquanto negligencia outras. O esvaziamento da expressividade na ação estatal reflete uma trama mais complexa, na qual ocorre uma espécie de "ausência planejada": onde a falta se dá de forma intencional e englobando interesses implícitos, movimento responsável pela geração justamente desse "outro", como já foi abordado o termo no âmbito da fala de Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

Os conceitos e noções acima abordados nos ajudarão a analisar a laje na favela, e compreender como os processos de exclusão e segregação socioespacial são inerentes ao urbanismo e ao planejamento urbano institucional. Não são, portanto, elementos isolados, mas ao contrário integram-se em um todo que afeta a realidade social dos moradores da favela e suas práticas sociais, e reforçam nosso argumento que o urbanismo subalterno tem suas expressões no uso e na apropriação da laje na favela da Rocinha.

As sutilezas nas formas de utilização e nos variados tipos de uso que podem ser analisados no cenário da laje tendem a não se encaixar às normas convencionais de conceituação espacial, em um caráter de natureza híbrida. Tal condição, presente em um espaço real coletivo como esse, se beneficiará da base conceitual que foi abordada neste primeiro capítulo, pois confere pertinência às noções de informalidade e de estado de "outro", ao identificarmos em tal cenário as motivações para seus usos e apropriações, assim como pela definição de seus agentes de transformação, que serão expostos à seguir.

3. A laje na Rocinha: usos e apropriações e agentes de transformação

Nesta seção apresentaremos algumas observações preliminares sobre os usos e apropriações sociais e culturais da laje na favela da Rocinha. Consideramos que algumas manifestações culturais por grupos locais têm sido importantes para dar visibilidade a processos em curso na favela, e que os exemplos apresentados revelam a natureza híbrida da laje. Apresentaremos também depoimentos de lideranças locais que mostram a força dos grupos comunitários demonstrando que são sujeitos e podem erguer a voz.

Durante o evento "Favela Virtual Tour: Memória e Sustentabilidade", ocorrido em 07 de dezembro de 2021, pela plataforma *Zoom*, apresentações virtuais de Turismo de Base Comunitária foram feitas por lideranças de ONGs localizadas nos territórios da Rocinha, Cantagalo e Chapéu Mangueira. Ao final das apresentações, é aberta uma mesa de perguntas, e é feita pelo autor deste artigo a seguinte: "Como vocês identificam a importância do espaço da laje no dia a dia, principalmente tendo em conta os tempos de pandemia?", que logo em seguida é respondida por uma liderança local da Rocinha através do seguinte relato:

A questão da laje, eu acho que a gente pode ir entendendo como a perda do espaço do solo, do chão, não é? Com o crescimento que foi ocorrendo em função, mais uma vez eu volto, do nosso déficit habitacional, foi fazendo com que o pouco espaço que restasse de chão, de solo, foram sendo ocupados por moradias, e o que sobra pra isso? Você fazer uma casa onde permita você usar a laje como espaço de lazer, não é, de você tomar sol, de você se reunir com os amigos, com familiares. Então as lajes acabaram sendo um espaço totalmente social aonde você tem diversas atividades acontecendo. Então, as lajes na verdade, infelizmente onde eu moro na minha casa eu não tenho acesso à laje porque moradores já fizeram isso, então eu não tenho acesso. Eu acabo

usando a laje dos vizinhos nesse sentido, mas a laje é totalmente um grande espaço de lazer social que as favelas tem. E aí, a Rocinha, ao meu ver, pra vocês terem uma dimensão, as lajes são muito bem ocupadas, tem lajes que tem piscinas, churrasqueiras. Então as pessoas, da sua melhor forma criativa e do que é possível de se investir, as pessoas investem.

Um dos eventos que destacaremos aqui como uma forma de apropriação da laje é o programa "Papo na Laje", que vem promovendo desde 2021 discussões dando destaque a jovens que estão agindo em territórios situados na periferia do Estado do Rio de Janeiro. Transmitido online semanalmente pelo canal do YouTube, o programa aborda temas pertinentes para os moradores e pessoas envolvidas com a vida na periferia carioca. O programa tem como cenário o ambiente autoconstruído da laje em diferentes favelas no município do Rio de Janeiro. Tanto o nome do programa, quanto o cenário real na laje, se reveste de simbolismo ideal para a discussão de temas de interesse dos moradores periféricos e que não são tratados nas mídias tradicionais. É uma forma de erguer a voz, no sentido proposto por hooks (2019), e de dar visibilidade aos grupos locais por eles mesmos. A laje torna-se então uma plataforma ideal para a manifestação dessas falas locais. Dentre os assuntos discutidos destacam-se tópicos como "direito à cidade"; "cultura de resistência e o samba"; "expressões populares"; "comunicação nas favelas" e "direito à moradia".



Figura 2. Programa "Papo na Laje" (fonte: brasildefato.com.br; wikifavelas.com.br).

Três programas em particular merecem destaque, por relatarem casos especificamente na Rocinha com seus moradores, que representam contemporaneamente símbolos da liderança local: "ser jovem hoje"; "agroecologia" e "cultura, história e resistência na Rocinha".

No primeiro caso, uma das lideranças fundadoras do coletivo A Rocinha Resiste conversa com os demais participantes sobre o protagonismo da juventude, em particular lidando com a situação de emergência durante a eclosão da pandemia de COVID-19. Neste recorte temporal, a ação desse grupo comunitário fez parte de uma rede solidária de ação social no território da Rocinha, atuando na coleta de alimentos, água, kits de higiene, material de limpeza, além de campanhas de conscientização e informação, incluindo um forte engajamento online através de redes sociais (COUTINHO & VELOSO, 2020). A participante também explica que é articuladora do movimento Mulheres Negras Decidem, destacando a importância do protagonismo feminino nos âmbitos político e profissional na comunidade. Além disso, é também fundadora do Instituto Gueto, que fomenta o acesso à educação rompendo barreiras para os jovens locais. Ela conclui sua fala trazendo a questão: "como que a gente consegue sobretudo, contribuir com a continuidade da geração que foi antes e ser eixo pra próxima geração (...) o sonho é ser uma grande ponte".

No segundo caso, o convidado debate a necessidade da agroecologia e suas técnicas, inserida no trabalho feito pelo grupo no qual é cofundador, a ACAER — Associação de Cultura Arte e Esportes da Rocinha. Neste programa em particular, a denúncia urgente da fome é um dos principais temas abordados.

No terceiro caso, o convidado é outra liderança jovem e cofundador do coletivo A Rocinha Resiste. Ele destaca a importância histórica de lideranças que, por meio dos movimentos de participação em coletivos, ONGs e demais grupos de organização local, atuam no território promovendo “mobilizações políticas e formas de resistência”. Outra convidada participante neste programa, também cria da Rocinha, resalta a importância de sua arte no grafite disseminada através do turismo de base comunitária, que é realizado por meio de percursos na favela inseridos no âmbito do movimento Morro pela Arte. Ela afirma que sua “missão é dar voz à comunidade”. Os dois ressaltam o valor dos mais velhos como “contadores de histórias”, no sentido de preservarem a memória dentro da comunidade, propagando-a para a juventude. Voltando para o convidado, ao ser perguntado pela entrevistadora o que ele tem sonhado para a Rocinha, para ele próprio e seus pares, dá a seguinte resposta:

Olha, eu acho que assim, de imediato o que a gente sonha de fato, pensando nas favelas, é que a gente consiga, de alguma forma, transformar a nossa realidade. A gente tem muito pelo o que lutar, a favela ainda hoje na cidade é muito estigmatizada, o Estado ele nos maltrata, ele nos assassina diariamente, e é por isso que a gente se coloca na luta. Então assim, a gente pensa realmente numa favela em que ela possa, onde essas vozes elas vão ecoar, sabe? Pra cidade e pro mundo. E a galera vai entender a potência e a força que a gente é. Então é por isso que a gente se mantém de pé, e é por isso que a gente se mantém na luta e na resistência.

A laje torna-se então palco para dar voz a múltiplos atores sociais e adquire uma função performática que dá sentido ao que se propõe o programa Papo na Laje. Nesse caso, deixa de ser um espaço privado e torna-se uma arena acústica coletiva.

A laje na Rocinha viabilizou uma série de eventos importantes durante o isolamento social ocorrido devido à pandemia de COVID-19. Atividades sociais e culturais com cunho participativo e com viés de sustentabilidade ocorreram nas lajes da favela. Nesses casos as lajes de cobertura são identificadas como espaços de permanência, participação e pertencimento comunitários. Destacamos nesse período a encenação da peça A Paixão de Cristo, o projeto Horta na Favela e o evento Projeta Rocinha.

No primeiro caso, é importante ressaltar que a Via Sacra da Rocinha, espetáculo teatral tradicionalmente encenado desde 1992 durante a Sexta-Feira Santa de Páscoa — saindo do Largo do Boiadeiro e seguindo até a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem — é cancelada em 2020 devido a pandemia do COVID-19. Em 2021 os organizadores da Via Sacra transmitem online o documentário “Via Sacra da Rocinha: arte e resistência na favela”. No entanto, no mesmo ano é realizada em 2 de abril a peça A Paixão de Cristo — sob a organização da Cia. Bando Cultural Favelados — em cima de uma laje na Rua 1 — uma significativa mudança do cenário costumeiro da celebração tradicional que ocorria nas vias públicas da comunidade. A cerimônia foi transmitida tanto via internet, em redes sociais, como também foi projetada no Morro Dois Irmãos através de uma das lajes de um dos moradores, atividade que será detalhadamente explicada mais adiante.



Figura 3. Encenação da peça “A Paixão de Cristo”, em uma laje da Rua 1 (fonte: Grupo “Rocinha Sem Fronteiras” no Whatsapp, 2021).



Figura 4. Panfletos anunciando a peça “A Paixão de Cristo” (fonte: Grupo “Rocinha Sem Fronteiras” no Whatsapp, 2021).

No segundo tipo de apropriação da laje na Rocinha destacamos o projeto Horta na Favela. Trata-se da instalação de hortas em lajes, uma iniciativa que nasce por volta de 2018 a partir de um mutirão para a construção de uma casa para um morador local. Até o momento três espaços para horticultura foram construídos em lajes na Rocinha. O criador do projeto disponibiliza seus conhecimentos e atividades em sua rede social como auxílio para os cultivos. Sua sobrinha Magda, que o ajudou na criação do projeto, é uma liderança no coletivo A Rocinha Resiste e relata a importância da abordagem de temas como a sustentabilidade para a favela:

O debate sobre meio ambiente e horticultura é o futuro presente e pouco se tem falado e fomentado sobre esse tema. Por isso, gerar essa possibilidade para os moradores da Rocinha, principalmente para as crianças, é observar que estamos próximos e que vamos cada vez mais romper com essa lógica de que a favela não discute sustentabilidade. A importância do Horta na Favela está na urgência.

No último caso de apropriação da laje na Rocinha apresentamos o Projeta Rocinha, que aproveita uma das maiores qualidades vivenciadas pelos moradores dessa favela: a vista deslumbrante da paisagem do entorno da favela. Essa visão é proporcionada pelo espaço de convívio e permanência das lajes, que é apropriada como mirante. O Projeta Rocinha vislumbrou esse cenário e a função da laje como mirante, e apresentou uma projeção no Morro Dois Irmãos a partir de projetor na laje da casa de uma liderança local, Mauricio Soca. No estilo “cinema ao ar livre” foram apresentados conteúdo cultural — filmes e música — além de informação e relatos feitos

por moradores sobre a situação da pandemia, em formato visual com áudio reproduzido ao sintonizar uma estação de rádio. Produtor cultural nos movimentos comunitários e organizador da Casa de Cultura da Rocinha, Soca faz o seguinte testemunho a respeito do evento:

Meu sonho é ver povos de diferentes classes se encontrando cada vez mais e menos desigualdade no mundo, e o evento que estamos realizando tem um grande potencial para ajudar nisso. O foco é o morador, mas também estamos abertos a receber em nossas lajes, sem aglomeração, quem talvez nunca tenha pisado na favela. A arte tem o poder de suavizar corações e unir pessoas. Esse projeto também é importante por oferecer entretenimento e alegria na pandemia [...] (GAMA, 2021)



Figura 5. “Projeta Rocinha” presenciado em uma laje (fonte Giovanna Menechin, 2021.).

4. Considerações finais

Nesse artigo procuramos refletir como a condição de subalternidade é transgredida na apropriação da laje na favela, tomando como exemplo, a laje na Favela da Rocinha. Nossa intenção foi entender a potência da laje como espaço híbrido apropriado socialmente pela comunidade. Assim, a laje que é vista como um espaço irregular, e, portanto, passível de sanções e coerções, torna-se um local de resistência e de insurgência. Destacamos também as visões tradicionais sobre a laje que a tratam como objeto de troca, quando a realidade demonstra que seu valor de uso é importante e deve assim ser considerado pelos urbanistas e urbanismo institucional. Para embasar conceitualmente nossa discussão utilizamos as noções de urbanismo subalterno, urbanismo pelo avesso, periferia e informalidade urbana.

Os exemplos de apropriação da laje na Rocinha demonstram a força dos subalternos na resistência ao urbanismo institucional, que procura por meio de projetos de urbanização de cima para baixo impor um modo de vida alheio à realidade dos favelados e ordenar a favela segundo princípios e valores advindos de uma suposta formalidade urbanística. Vimos que a laje é apropriada de diversas maneiras, desde seu uso privado pelos moradores como mirante até seu uso coletivo para hortas comunitárias e manifestações culturais. O isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19 evidenciou a importância da laje como espaço aberto, principalmente nas favelas que carecem de espaços livres públicos. A laje adquire então uma ambiguidade no bom sentido, pois pode ser simultaneamente um espaço privado ou coletivo. Pode abrigar práticas sociais e culturais e pode abrigar tão somente um refúgio a céu aberto em habitações precárias para o lazer doméstico.



Figura 6. Uso e apropriação da laje na Favela da Rocinha (fonte: elaborada pelos autores).

Como observado na fala de uma moradora, a laje na favela é a recriação do chão e do solo, enquanto local de reunião comunitária ou doméstica, de conagração, de lazer e de sociabilidade. Um local onde se encontram amigos e familiares. A laje expressa a criatividade dos moradores e provoca um outro tipo de urbanismo.

Podemos observar também que os grupos comunitários e suas lideranças sabem o que querem e fazem dessa forma o urbanismo pelo avesso, tornando-se sujeitos dos seus projetos e da sua história. A laje na favela é um elemento que só pode ser compreendido se os urbanistas deixarem seus pré-conceitos e adentrarem no mundo invisível da favela. A reflexão sobre a apropriação coletiva da laje na favela do Rocinha evidencia que é possível reconfigurar as práticas urbanísticas no sentido de projetos colaborativos que reconheçam os saberes e as práticas sociais dos subalternos. Por outro lado, corrobora os autores que demandam por uma nova leitura da informalidade urbana e da periferia por parte dos urbanistas e planejadores urbanos.

5. Referências

AMARAL, Denise Meira do. **Uma noite de cinema na Rocinha**. Revista Trip, Rio de Janeiro, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/uma-noite-de-cinema-na-rocinha>. Acesso em: 8 fev. 2021.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; VELOSO, T. M. **Participação comunitária e projeto urbano em favelas. A realidade e a percepção dos moradores na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro**. Arqtextos, São Paulo, v. 246.02, 2020.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. **Urbanismo pelo Averso**: uma reflexão sobre a prática urbanística para buscar uma nova práxis do urbanista, Conferência Magna para Promoção para Professor Titular do Magistério Superior, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2016.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. **A corrupção no espaço urbano e o valor das normas urbanísticas**. In YUNES, E. & BAZILIO, L. C. A chaga da corrupção. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2005, p. 11 – 30.

CARVALHO, Rachel Coutinho M. da S. **New Towns and Regional Development in the Northwestern Frontier of the State of São Paulo, 1890-1950**. Ph.D. dissertation, Cornell University, 1988.

FORMALIDADE. **Grande Dicionário Houaiss**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editorial FGV, 2009, p. 49-53.

_____. **Casa, Rua & Laje**: O caso da favela globalizada. Paper apresentado no Seminário Internacional de Sociologia: 50 anos de Brasília e 40 anos da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, 9 a 12 de novembro de 2010, p. 1-18.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; & NAME, Leo. **Epistemologia da laje**. Tempo Social, 31(1), Janeiro- Abril 2019, p. 153-172. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>

GAMA, Madson. **O Morro Dois Irmãos como tela**: produtor cultural cria da favela é um dos responsáveis pelo Projeta Rocinha. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/o-morro-dois-irmaos-como-tela-produtor-cultural-cria-da-favela-um-dos-responsaveis-pelo-projeta-rocinha-24848815>. Acesso em: 8 fev. 2021.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019

INFORMALIDADE. Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

LABCIDADE FAUUSP. **Aula 6: A relação com o outro: a cidade irregular**. 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GzoltTGdAR4>. Acesso em: 24 nov. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999 (original 1970).

LOCKDOWN STORIES TRAVEL. **Favela Virtual Tour**: Memória e Sustentabilidade. 07 dez. 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/TourismVirtualStories/videos/4529464087163738>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MUSEU SANKOFA DA ROCINHA. **Projeto Rocinha Pela Vida**. 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0X78mVoPN8k>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PAPO NA LAJE. **#2 Papo na Laje: Ser Jovem Hoje**. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IL96KZxs4z4>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **#6 Papo na Laje: Agroecologia**. 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7OBbAyxIhA>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **#8 Papo na Laje: Cultura, história e resistência na Rocinha**. 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7YaXGNkjr6s>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PINHEIRO, Amanda; SILVA, Michel. **Horta na Favela: projeto criado na Rocinha visa reduzir impacto ambiental**. Jornal Fala Roça, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/projeto-horta-rocinha-impacto-ambiental/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente**. In: Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 169-194, 2015.

ROY, Ananya. **Urban Informality: Toward an epistemology of planning**. Journal of the American Planning Association, vol. 71, n. 02, 2005.

_____. **Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism**. International Journal of Urban and Regional Research, Volume 35.2. 2011, p. 223-238.

SEM PODER ir às ruas, organizadores da Via Sacra da Rocinha vão transmitir documentário na web. **Jornal Fala Roça**, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/documentario-via-sacra-rocinha-covid/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SILVA, Michel. **Rocinha receberá cinema ao ar livre com projeção no Morro Dois Irmãos**. *Jornal Fala Roça*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/rocinha-cinema-projecao-morro-dois-irmaos/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

¹ O conteúdo presente neste artigo foi reeditado e originalmente apresentado pelos autores sob o título de “Urbanismo subalterno e sua expressão no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil”, no V Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil - SUUB - Nacionalismos e Urbanismos, 2022.